

Lembrando Orwell

O presidente José Sarney não consegue libertar-se da atração que sobre ele exerce seu ministro da Fazenda. Por isso, trilha inexoravelmente o caminho da insensatez (como mencionamos certa vez), desperdiçando oportunidades e agravando situações já bastante delicadas. Não nos referimos às questões da ordem interna, mas à difícil negociação da dívida externa brasileira, para cuja condução acaba de ser criada comissão do mais alto nível sob a presidência do sr. Dílson Funaro.

A insensatez presente na criação dessa comissão reside num pormenor: é que, ao fazê-lo, por inspiração do ministro da Fazenda, o presidente da República aceitou o argumento de que as negociações devem transcorrer em outro fórum e não no Comitê de Assessoramento da Dívida (com o qual o Brasil sempre negociou), transferindo-se para amplo conselho do qual participarão os presidentes dos conselhos de administração dos principais bancos credores, os presidentes das agências multilaterais de crédito e os representantes dos governos dos países desenvolvidos. No seu alheamento da realidade, o ministro estabeleceu, igualmente, que o Comitê de Assessoramento cuidará apenas dos detalhes técnicos das soluções acordadas entre a comissão brasileira, criada por decreto presidencial, e o novo conselho de credores criado por ato de vontade do sr. Dílson Funaro. Tendo em conta a polida recepção que os governos amigos deram ao ministro da Fazenda, em sua viagem de convencimento, e a reservada acolhida dispensada ao sr. Gros pelo Comitê Assessor, em Miami, é de prever que os banqueiros internacionais não tenham recebido de bom grado sua desqualificação para mero plano técnico...

Na verdade, a criação da comissão de assessoramento para a negociação da dívida externa é o pretexto de que se vale o ministro da Fazenda para não ter de encontrar-se com os representantes dos bancos credores — aos quais pouco ou nada têm a dizer de racional e concreto —, além de ser a maneira supostamente inteligente de criar as condições para que o relacionamento com os bancos internacionais se deteriore dia a dia. A opinião pública brasileira não se pode deixar enganar pela enxurrada de meias-verdades que todos os dias membros do Executivo tentam impingir-lhe, falando em desenvolvimento econômico, soberania e solidariedade com o Terceiro Mundo. Na verdade, o que buscam, de maneira cons-

ciente desde o começo, é criar condições para que se dê o confronto com a comunidade internacional de maneira a, em primeiro lugar, estatizar as agências dos bancos brasileiros no Exterior; em segundo lugar, se necessário, estatizar os bancos privados nacionais (todos as semanas apontados como partícipes da conspiração contra o governo Sarney); e, finalmente, submeter pelo crédito dirigido os industriais e comerciantes mais renitentes.

Essa comissão de assessoramento presidencial nada terá de original e pessoal que dizer ao presidente da República ou aos credores pela simples e boa razão de que, exceto o embaixador Saraiva Guerreiro (que já não pertence aos quadros funcionais do Itamaraty), se compõe de funcionários públicos, a maioria deles subordinada ao ministro da Fazenda, e um por assim dizer diretamente subordinado ao presidente Sarney. Nada terá a dizer porque sua função será discutir de acordo com as linhas de ação que forem traçadas no Ministério da Fazenda. Os membros da comissão serão os ventríloquos do sr. Dílson Funaro ou do sr. Belluzzo, que é um dos que orientam o ministro — a menos que a presença do subchefe de assuntos econômicos do Conselho de Segurança Nacional entre os membros dela indique que todos, inclusive o antigo chanceler, terão suas falas escritas de antemão pelos que, antes de 20 de fevereiro, decidiram a decretação da moratória, proclamada solenemente em reunião do Conselho de Segurança Nacional. Ventríloquos de um ou de outros, os membros da comissão não terão a autonomia decisória que se exige de plenipotenciários em missão dessa amplitude e dificuldade. Em outras palavras, o Executivo lançou as bases para que, recusando-se os presidentes dos bancos credores a participar do fórum que o sr. Dílson Funaro criou, se aponte aqui dentro o estrangeiro como o adversário do entendimento e o responsável pelos abalos à segurança nacional.

Cabe ver, ademais, que com a criação da comissão o sr. Dílson Funaro se retira discretamente do prosclênio, imaginando com isso que os banqueiros internacionais deixarão de pensar nele como o responsável por tudo o que vier a acontecer daqui para a frente. É atitude própria de quem acredita em conspirações buscar esconder-se nos bastidores, fugindo à luz dos refletores, mas sem perder o poder burocrático de decidir. Apesar desse recuo, por haver lan-

çado mão de recurso cênico por demais conhecido, o sr. Dílson Funaro continuará sendo objeto da atenção dos credores — tanto mais que designou o embaixador Saraiva Guerreiro, que não morre de amores pela configuração cultural que se chama Ocidente, nem muito menos pela grande potência que o defende militarmente — para ser o condutor das negociações na área internacional.

O chanceler que potenciou as teses do terceiromundismo e da “diplomacia universalista”, que quase arrastou o presidente João Figueiredo para o campo do neutralismo, agora terá oportunidade, sob a batuta de Funaro, de desmascarar a dita conspiração do mundo industrializado contra os países do Terceiro Mundo e contra a burocracia das estatais brasileiras. Para quem, na qualidade de ministro do Exterior, se viu obrigado a recolher as garras no instante em que o presidente Ronald Reagan trouxe um cheque do Tesouro norte-americano para socorrer o Brasil, nada mais heróico do que poder, sob orientação do ministro da Fazenda, fincar pé diante dos banqueiros “conspiradores” e denunciá-los ao Terceiro Mundo como criadores da miséria de milhões de criaturas humanas — miséria de que se aproveita a burocracia, para retirar prestígio, riqueza e poder, tornando mais pobres os países subdesenvolvidos. Contra a burocracia, porém, nada se dirá — alguém já viu burocrata denunciar a burocracia?

Armado de um plano sesquipedal para desenvolver o Brasil e fazer que os bancos internacionais depositem quatro bilhões de dólares de dinheiro novo todos os anos nas arcas burocráticas do Brasil; tendo concordado com a criação de novo fórum internacional para resolver a questão da dívida do Terceiro Mundo, o presidente José Sarney pode dormir tranqüilo; além de todos os órgãos constitucionais e legais que o assessoram; além dos amigos que se aventuram a dar-lhe conselhos, s. exa. tem agora o concurso do chanceler do regime autoritário e de membro da Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional para combater os banqueiros internacionais. A criação dessa comissão era o que faltava para que se pudessem aplicar ao Brasil a conclusão do *Animal Farm*, de Orwell — conclusão penosa para não dizer lancinante: os animais supostamente salvos da tirania dos homens pelos porcos vêem estupefactos seus libertadores dançar com os antigos donos da fazenda. Tomados de espanto, só percebem que não sabem distinguir uns dos outros.